

UM RETRATO DO TELEJORNALISMO NA BAHIA: DIFERENTES VERSÕES SOBRE RACISMO

A portrait of telejournalism in Bahia: Different versions of racism

Un retrato del teleperiodismo en Bahia: Diferentes versiones del racismo

Taianne de Lima Gomes¹

DOI: doi.org/10.31501/esf.v1i28.14672

Resumo: Este artigo analisa a representatividade racial no telejornalismo da Bahia, estado com 80,8% de negros e com a maior população preta do Brasil. Pretende-se responder em que medida a branquitude contribui para a manutenção do racismo no jornalismo televisivo. Com base em entrevistas estruturadas, os fundamentos teóricos contam com Cardoso (2020), Kilomba (2019) e Sodré (2022). O estudo reafirma os espaços de privilégio destinados à raça branca e revela práticas de racismo no telejornalismo baiano.

Palavras-chave: Telejornalismo. Branquitude. Estudos de Ra a. Bahia.

Abstract: This article analyzes racial representation in telejournalism in Bahia, a state with 81.1% of blacks and the largest black population in Brazil. It is intended to answer to what extent does whiteness contribute to the maintenance of racism in television journalism. Based on structured interviews, the theoretical foundations have Cardoso (2020), Kilomba (2019) and Sodré (2022). The study reaffirms the spaces of privilege destined to the white race and reveals practices of racism in telejournalism in Bahia.

Keywords: Television Journalism. Whiteness. Race Studies. Bahia.

Resumen: Este artículo analiza la representación racial en el teleperiodismo en Bahía, estado con 81,1% de negros y la mayor población negra de Brasil. Se pretende responder en qué medida contribuye la blanquitud al mantenimiento del racismo en el periodismo televisivo. A partir de entrevistas estructuradas, los fundamentos teóricos cuentan con Cardoso (2020), Kilomba (2019) y Sodré (2022). El estudio reafirma los espacios de privilegio destinados a la raza blanca y revela prácticas de racismo en el teleperiodismo en Bahia.

Palabras-clave: Teleperiodismo. Blancura. Estudios de raza. Bahia.

¹ Doutora. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal - RN, Brasil. taiannegomes@hotmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-6880-8570>.

Introdução

“Respondi! Pela [sic] amor de Deus! Fui sincerao kkk [sic] então cuida com pra [sic] não revelar minha identificação em hipótese alguma”. A frase foi dita, em setembro de 2021, por um jornalista negro da Bahia.

De acordo com dados de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE, na Bahia, a população negra corresponde a 80,8%, sendo 56,9% parda e 23,9% preta, enquanto 17,9% é branca. Nesse cenário, majoritariamente composto por pardos e pretos, um negro parece sentir medo de ter sua identidade revelada por falar sobre episódios de racismo.

Paradoxalmente, uma repórter que se autodeclara branca, população minoritária da Bahia, relata: “Percebo que atualmente há uma preocupação maior em contratar pessoas negras. Mas nunca senti nenhuma discriminação por cor com os negros já existentes no local”. Não seria a baixa presença de negros no telejornalismo uma forma escancarada de discriminação racial?

Os depoimentos acima são provenientes da tese intitulada *Branquitude: as marcas da opressão no telejornalismo da Bahia, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina*. O trabalho analisou a representatividade racial em noticiários de televisão a partir do estudo de três estados brasileiros: Bahia, maior população preta do Brasil, segundo dados do IBGE²; Santa Catarina, maior população branca do país; e Mato Grosso do Sul, estado que apresenta proporção equivalente de negros e brancos.

Fruto da tese, este artigo traz à discussão apenas os dados referentes ao telejornalismo baiano. Com base em depoimentos de jornalistas, obtidos entre setembro de 2021 e janeiro de 2022, o

² Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175#resultado>.

Gomes, T. Um retrato do telejornalismo na Bahia: Diferentes versões sobre racismo.

Esferas, ano 13, vol. 3, nº 28, setembro-dezembro de 2023 | ISSN 2446-6190

trabalho analisa a representatividade racial no jornalismo televisivo e reflete sobre discriminação de raça dentro e fora do ambiente de trabalho. Para tanto, utilizou, como método de abordagem, entrevistas estruturadas junto a dois perfis de público: apresentadores e repórteres de TV; e profissionais em cargos de chefia.

A partir da observação de telejornais da Bahia, especialmente, de afiliadas das emissoras de maior audiência do Brasil, conforme dados do site UOL³, foram identificados repórteres e apresentadores de noticiários de TV. Os jornalistas foram contatados por telefone, e-mail ou por meio da rede social digital Instagram. A pesquisa foi enviada a 45 repórteres e apresentadores, tendo 29 devolutivas.

Os profissionais em cargos de chefia, por sua vez, foram mapeados a partir da ficha técnica exibida ao final das edições de telejornais e, de forma similar, foi realizado contato por telefone, e-mail ou pelo Instagram, tendo sido enviadas 8 pesquisas, com quatro adesões. Importa esclarecer que, neste artigo, os participantes não são identificados, utilizando-se apenas informações relacionadas à profissão, ao cargo, gênero e cor ou raça do entrevistado.

O artigo analisa a representatividade racial no telejornalismo, uma vez que a televisão continua tendo um papel de protagonismo na sociedade brasileira. O levantamento da Kantar IBOPE Media, de 2018, mostra que o hábito de assistir à TV regularmente chega a 93% da população nas principais regiões metropolitanas do país, mesmo diante da crescente ascensão da internet como plataforma distribuidora de conteúdo.

A pesquisa centrou no sujeito e nas recordações de fatos pessoais marcantes de sua trajetória profissional, assim como trouxe a opinião dos respondentes sobre estruturas racistas no ambiente de

³ Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2020/06/21/ranking-30-canais-abertos-e-pagos-mais-vistos-em-maio.htm>.

Gomes, T. Um retrato do telejornalismo na Bahia: Diferentes versões sobre racismo.

Esferas, ano 13, vol. 3, nº 28, setembro-dezembro de 2023 | ISSN 2446-6190

trabalho. O estudo traz, entre os dados coletados, a autodeclaração dos entrevistados em relação à cor ou raça, a percepção sobre as relações raciais no ambiente de trabalho, relatos de episódios de discriminação no exercício da profissão e, ainda, informações sobre a existência de preconceito racial no mercado de trabalho em relação à contratação de repórteres e apresentadores de TV.

Buscando responder como a branquitude contribui para a manutenção do racismo nas redações de telejornais no estado mais preto do Brasil, o artigo aponta, a partir do relato dos profissionais entrevistados, que a branquitude, mesmo quando não representada predominantemente em frente às câmeras, impõe-se de forma racista nos bastidores.

Por fim, constatou-se que os entrevistados brancos, que compõem a população minoritária do estado, não relatam sofrer qualquer tipo de discriminação de raça, enquanto 90% dos pretos relatam episódios de preconceito. Também foi possível verificar que a maior parte das pessoas brancas não apresentam, intrigantemente, uma percepção sobre práticas de preconceito e de discriminação racial no ambiente de trabalho.

O negacionismo branco

Este tópico traz relatos de jornalistas que atuam em frente às câmeras em noticiários da TV aberta da Bahia, no período de setembro de 2021 a janeiro de 2022. A pesquisa, que contou com a participação de 29 profissionais, entre repórteres e apresentadores, mostrou uma equivalência em relação aos gêneros feminino e masculino dos entrevistados, assim como foi possível visualizar uma proporcionalidade em relação à raça ou cor, 34% pardos, 34% pretos e 31% brancos.

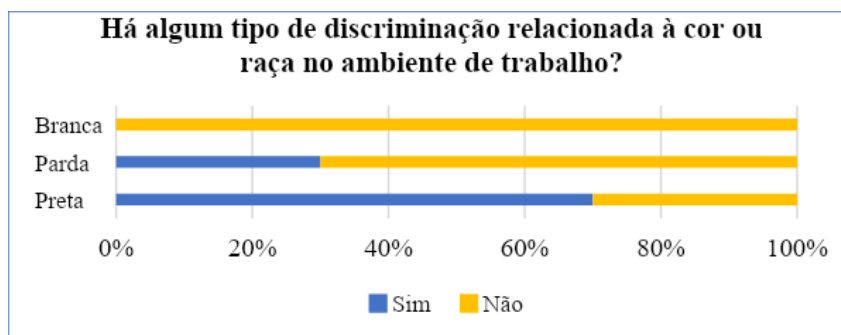
É nesse contexto que um jornalista preto pergunta: “onde estão os baianos!?”.

Sim, existe discriminação... aos poucos isso tem se quebrado... vejo a redação mais colorida, repórteres, produtores e apresentadores negros... pessoas de favela chegando... é um programa dedicado [sic] a discutir a questão racial até, mas a tomada de decisão, cargos de gerência e direção ainda estão apenas na mão dos brancos. É como se as emissoras precisassem [sic] responder a sociedade que são [sic] diversas, mas naquilo que é visível... por trás, nos bastidores é preciso evoluir mais! Há décadas a principal emissora do estado da Bahia é gerida no seu jornalismo por brancos sulistas...onde estão os baianos!?.

Mesmo diante desse questionamento, quando se observa a percepção de cada raça em relação à discriminação, todos os profissionais brancos alegam não haver preconceito racial no local de trabalho, como demonstra o Gráfico 1. Uma jornalista, que se autodeclara branca, é incisiva “Não há discriminação”.

Em contraponto, um repórter preto declara: “Fui chamado não só pela competência, mas para ‘reparar’ uma ‘falha’ [...]. A ‘falha’ era a seguinte: A emissora de TV [...] não tinha negros no elenco, inaceitável, quando se trata de Salvador, uma cidade majoritariamente composta por negros, autodeclarados ou não”.

GRÁFICO 1
Discriminação de raça ou cor no ambiente de trabalho (BA)



FONTE – Elaborada pela autora (2022)

A totalidade da amostra branca alega que não há preconceito, mas 70% dos pretos declaram que existe discriminação racial no espaço profissional. Como é possível que, no mesmo ambiente, negros se sintam discriminados e brancos, simplesmente, não percebam o preconceito racial?

Esses relatos contam um pouco da história da televisão baiana. A mídia deu os primeiros passos em 1956 (Spannenberg et al., 2012), mas a primeira jornalista negra do estado da Bahia estreou como repórter somente em 1986⁴. Anos depois, Livia Calmon ocupou, pela primeira vez, a bancada de um telejornal, sendo a primeira apresentadora negra da TV baiana⁵. Mesmo diante desses dados, uma repórter branca acredita ser relevante informar que “Nossa emissora foi pioneira na contratação de apresentadores negros na Bahia”.

O estado que possui 81% de população negra e tem a maior população preta do Brasil levou 30 anos para colocar uma negra na bancada de um telejornal e, o mais problemático, os entrevistados

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fn9cGT3GnrU>.

⁵ Disponível em: <https://observatoriodatv.uol.com.br/noticias/afiliada-do-sbt-na-bahia-tv-aratu-lanca-formato-inedito-com-cinco-jornalistas-na-apresentacao>.

brancos não questionam a ausência de corpos negros e, aparentemente, não tem percepção sobre práticas de preconceito e de discriminação racial no jornalismo televisivo.

A escritora portuguesa Kilomba (2019, p. 56) afirma que “No racismo, os corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos “fora do lugar” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer”. A estudiosa complementa “Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão ‘no lugar’, ‘em casa’, corpos que sempre pertencem”.

Os corpos brancos, portanto, são beneficiados por privilégios simbólicos e materiais. O intelectual Alberto Guerreiro Ramos utilizou, primeiramente, o termo “brancura” (Ramos, 1957) para se referir a identidade branca e, de lá para cá, os termos branquitude e branquidade se popularizaram, sendo utilizados para apontar a situação de vantagem e privilégio de brancos em relação a negros.

Neste artigo, utilizo o termo branquitude, pensado por Schucman (2020, p. 60-61) “como uma posição em que sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade”. Essa estrutura racista presente na sociedade é citada por uma repórter parda

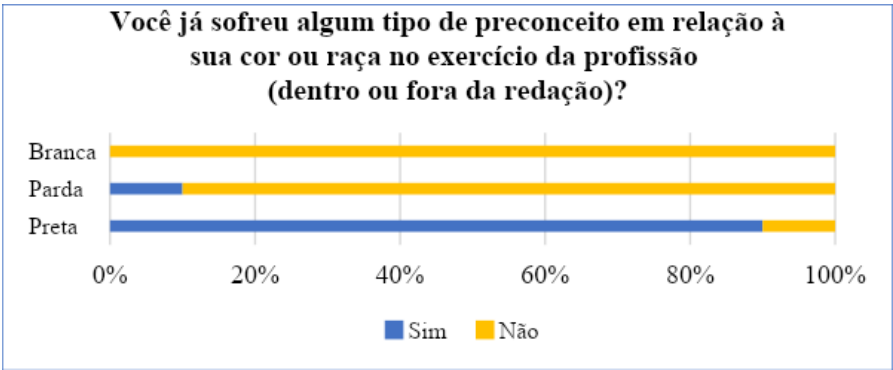
Falar de discriminação é ir a fundo e analisar os tentáculos que nos colocam como pessoas inferiores. Exemplo prático: nossas ideias e posicionamentos não são levadas [sic] em consideração até que alguém valide. O olhar sobre os fatos não é universal porque fazemos os recortes necessários que abordem a coletividade de maneira distinta. Então um texto, por exemplo, que para a pessoa branca é universal porque condiz com sua realidade histórica socioeconômica para a população negra existem particularidades, que de uma certa forma atende a maioria da população em número, mas minoria em direitos. Quando também não vejo que meus superiores são negros há uma grande dificuldade em entender esse olhar enegrecido.

A ausência de corpos negros em espaços de poder na sociedade está diretamente relacionada ao conceito de branquitude. Para a socióloga britânica Ruth Frankenberg (1995, p. 1 apud Piza, 2005, on-line), refere-se à “situação de vantagem estrutural de privilégios raciais”. Uma repórter preta lembra que “O racismo é estrutural na nossa sociedade, está presente em todos os ambientes. E não seria diferente nos ambientes de trabalho, embora as pessoas não se assumam racistas”. Outra jornalista negra relata:

Percebo através dos olhares, o comportamento do corpo, as ações diretas. Muitas dessas pessoas não têm coragem de falar, mas agem. E é essa ação que machuca. Sofri discriminação pelo fato de ser uma mulher preta. E olha que sou baiana nata. Mas isso não muda em nada para a mente de um preconceituoso. Já perdi uma oportunidade numa emissora que trabalha pq [sic] eles diziam que eu não tinha a "cara" pra [sic] televisão.

Episódios de discriminação foram recorrentemente citados, na pesquisa, pela amostra negra. Conforme aponta o Gráfico 2, 90% dos jornalistas pretos afirmam ter sofrido algum tipo de preconceito. Uma repórter, inclusive, relata: “Já fui questionada por entrevistados se era mesmo a repórter, mesmo eu ali com microfone na mão”.

GRÁFICO 2
Preconceito no exercício da profissão (BA)



FONTE – Elaborada pela autora (2022)

Outro profissional conta que

Já questionaram minha contratação pra uma cidade onde o poder econômico estava na mão de brancos sulistas, dizendo que um ‘moreninho’ não ia vender... também já houve situações de eu ser mudado de local pra [sic] dar lugar a uma mulher branca sob a justificativa da formação dela ser melhor que a minha pois ela tinha estudado no Paraná e eu na Bahia.

Outros relatos de preconceito racial no ambiente profissional, ocorridos dentro das redações de telejornais, foram narrados na pesquisa.

Na minha primeira semana uma colega chegou e falou que era pra [sic] eu alisar meu cabelo (que é natural e é black power) pq ele era muita informação pra [sic] vídeo. E que em televisão isso ia me atrapalhar bastante. Fiz a linha desentendida com ela nesse primeiro momento e segui a vida. No dia seguinte, já na frente de outras pessoas ela voltou

a falar do cabelo e inclusive pediu que eu mudasse logo de visual antes que eu começasse a ficar “mais conhecida”.

Uma jornalista negra precisa se fazer de desentendida para manter a sua negritude, enquanto uma colega de profissão dissemina abertamente um suposto padrão ideal de cabelo, sem constrangimento. Relatos como esse apontam a existência de racismo dentro de redações de noticiários de TV e mostram o desejo, ainda atual, de embranquecer a população majoritária brasileira.

Kilomba (2019, p. 127) lembra que “mais do que a cor da pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização”. Um jornalista que se autodeclara preto, também, compartilhou: “Há algum tempo uma colega de trabalho falou sobre o meu cabelo dentro da redação. Isso porque resolvi assumir um corte mais afro. Ao ver ela perguntou se eu estava indo para o ar com aquele tipo de cabelo”. A impertinência do comentário expõe o preconceito com o “tipo de cabelo” afro que, para a colega do jornalista entrevistado, parece ser inapropriado para a TV.

Por muitos anos, empresas de comunicação recomendaram o alisamento do cabelo e, até os dias atuais, os noticiários mantêm, majoritariamente, um padrão estético branco. Para Kilomba (2019, p. 127), são “formas de controle e apagamento dos chamados ‘sinais repulsivos’ da negritude”, uma vez que já não é mais possível invisibilizar o negro. Uma jornalista preta compartilha

Vivemos um processo de pequenas mudanças, porém importantes mudanças. Hoje é possível identificar uma quantidade maior de negros na frente das câmeras. Porém ainda existe o preconceito e o racismo. Os colegas brancos, muitas vezes não aceitam que a gente ocupe esses espaços. Mas a gente trabalha pra [sic] que possamos cada vez mais assumir o que é direito nosso.

Na amostra parda, apenas uma jornalista afirma ter sofrido discriminação racial enquanto fazia uma matéria fora da redação:

Do ponto de vista individual já fui discriminada na rua, e ignorada ao chegar nos locais e mesmo com o microfone na mão me perguntarem cadê a repórter. Ou seja, eu não tenho cara de repórter,rs, [sic] e isso vem da construção do imaginário da população. Cara de repórter = rosto branco= padrão. Outra situação foi ao cobrir um fato no metrô,e lá tinha outra repórter branco de outra emissora. Esse repórter havia feito a matéria e estava saindo e minha equipe chegando. Eu e o cinegrafista nos dirigimos aos seguranças que ao invés de nos orientar para onde iríamos, deu as informações para esse repórter branco que estava saindo [sic].

Em síntese, a pesquisa apontou que os brancos não sofrem discriminação, 90% dos pardos também não, mas 90% dos pretos relatam episódios de preconceito. A única repórter parda que declara já ter sido vítima de discriminação alerta: “Sugiro que entendam as nuances do racismo pq [sic] inclusive para nós, que estamos em um lugar de poder, não é tão explícito, mas as entrelinhas nos oprimem e aniquilam nossa capacidade produtiva”.

Fechando este tópico, deixo aqui o depoimento de dois jornalistas pretos entrevistados: “Obrigada por essa oportunidade. Esses espaços aquecem o meu coração”; e, também, “Parabéns pelo trabalho e abordagem”. Nenhum profissional branco se manifestou quanto à pertinência da pesquisa, talvez, porque, como apontam os dados, não enfrentam discriminação e preconceito raciais.

A perspectiva de ocupantes de cargos de chefia

A segunda pesquisa foi direcionada a profissionais que atuam em cargos de chefia em emissoras de televisão da Bahia. Foram enviados oito formulários, dos quais quatro foram respondidos. Todos do gênero masculino e com mais de dez anos de experiência na área de telejornalismo, dois se autodeclararam pardos; um, preto; e outro, branco.

Inicialmente, os quatro entrevistados foram questionados sobre como percebem as relações raciais no seu ambiente de trabalho, se há, por exemplo, algum tipo de discriminação relacionada à cor ou raça e, em seguida, foram questionados sobre a existência de preconceito no mercado de trabalho quanto à contratação de repórteres e apresentadores de TV de determinada cor ou raça.

Registra-se aqui algumas particularidades na fala dos profissionais. Por exemplo, o jornalista preto disse não haver discriminação racial no ambiente de trabalho.

Não observo discriminação ou benefício por ser preto, nem com outro colaborador por ser branco/pardo. Em 8 anos de empresa fui promovido 3 vezes e há dois ocupo cargo de chefia. Assim ocorre com colaboradores brancos e pardos que também foram promovidos, provavelmente, pelo aspecto profissional.

No entanto, ele aponta o que parece ser uma situação de preconceito no mercado de trabalho em relação à contratação de repórteres e apresentadores de TV pretos.

Embora observe uma evolução, ainda temos dificuldade em equiparar os dados do IBGE com a imagem refletida nos telejornais com os pretos na função de apresentador. Repórteres já temos uma quantidade interessante que não é a perfeita no ponto de vista matemático, mas que conseguimos observar um crescimento. Já apresentadores ainda carece.

De forma similar, um profissional pardo relata “Não existe nenhum tipo de discriminação. Aqui na Bahia retratamos a diversidade do nosso povo”. Porém, em seguida, ele confessa “Tenho notado um movimento de preferência com profissionais da cor preta”. Essa declaração fez lembrar o depoimento de um repórter preto que relata.

Muito pertinente essa pesquisa, ainda mais agora que contratar negros virou tendência para se mostrar diverso, plural e politicamente correto. Aqui em Salvador está uma febre, uma verdadeira caça a negros com cabelos black power, tranças e estilos. Não importa se te [sic] competência, basta ter esse padrão. Isso tem prejudicado e colocado de lado toda uma história que eu e outros colegas negros construíram. No passado era nosso currículo que nos colocava em pé de igualdade, sei que é difícil afirmar isso, já que é era [sic] praticamente impossível um negro igualar sua qualificação a de brancos, mesmo que pobres, mas que tiveram outras oportunidades. Hoje as empresas querem like e hashtags. Falo isso em tom de crítica, pois vi vários colegas negros sendo expostos ao ridículo na TV. Colocados em funções que não estavam preparados o suficiente e quando perceberam o erro, demitiram e queimaram o profissional. Lamentável!

O comentário acima sugere que não há um compromisso genuíno das emissoras com a quebra de padrões hegemônicos. O relato, inclusive, encontra consonância com a fala de Hooks (2019, p. 313) que afirma que “A ansiedade com que a sociedade contemporânea descarta o racismo, substituindo o reconhecimento dele por evocações de pluralismo e diversidade que mascaram ainda mais a realidade”.

Recentemente, Sodré (2022) afirmou que o racismo emergiu como um problema de primeiro plano no Brasil. Diante disso, algumas instituições tentam se mostrar engajadas com essa demanda da sociedade, no entanto, as ações não geram uma mudança de cultura. Dessa forma, o relato do repórter demonstra o que mais parece ser uma espécie de marketing de diversidade, uma ação que lembra o conceito de social washing que seria “a utilização de mensagens de marketing enganosas que levam o

consumidor a acreditar que suas políticas, serviços ou produtos são baseados em gerar valor para a sociedade, quando na verdade não são” (Akinyemi et al., 2013, p. 4).

Quando o jornalista avalia “Falo isso em tom de crítica, pois vi vários colegas negros sendo expostos ao ridículo na TV. Colocados em funções que não estavam preparados o suficiente e quando perceberam o erro, demitiram e queimaram o profissional”, o suposto ato de inclusão do negro não parece uma prática legítima investida de um compromisso efetivo que busque reparar uma história de abusos e discriminação praticados reiteradamente por brancos até os dias atuais.

No livro “O Branco Ante a Rebeldia do Desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional: a branquitude acadêmica”, Lourenço Cardoso (2020, p. 132) afirma que “O branco efetivamente inspira desconfiança, dado que construiu sua humanidade em contraposição a desumanidade dos outros, dessa forma podemos considerá-la uma ótica humanista falsa ou suspeita no mínimo”.

Diante de tal constatação (Cardoso, 2020), a quem interessa expor jornalistas negros na TV quando se sabe que não houve o treinamento e a preparação adequados? Trata-se de uma ação impensada, precipitada, ou de uma estratégia da branquitude para mostrar uma falsa boa vontade para, mais na frente, justificar o status quo?

A pesquisa também questionou sobre a existência de políticas internas de diversidade com relação à raça ou cor. O jornalista preto responde: “Observo avaliação, apenas, profissional”. Um pardo declara que não existe uma política específica, uma vez que, segundo ele, “A inclusão sempre foi algo muito natural na cultura organizacional da empresa, não sendo determinada por nenhum projeto ou decisão superior”. Outro jornalista pardo entende que existe política de diversidade, uma vez que

“Conseguimos ter pessoas trabalhando de diversos bairros da capital e interior da Bahia”. As respostas, portanto, demonstram que não há uma ação efetiva que abarque aspectos relacionados à raça e cor.

Cabe destacar aqui, também, o relato dos outros dois profissionais sobre as relações raciais no ambiente de trabalho. O jornalista pardo responde que há discriminação, no entanto, avalia que “Menos do que na maioria dos ambientes. Mais do que enxergamos como ideal”. Ele complementa “Acredito que não exista propriamente discriminação, mas um processo gradual de mudança comportamental, empresarial e cultural”. A dúvida é se esse “processo gradual de mudança” seria um compromisso genuíno da emissora frente ao racismo.

Por fim, como último entrevistado, o jornalista branco relata que não tem conhecimento sobre discriminação no ambiente de trabalho. Porém, quando questionado sobre a existência de preconceito no mercado de trabalho em relação à contratação de repórteres e apresentadores de TV de determinada cor ou raça, ele é direto: “Sim. Preto”.

É oportuno salientar aqui que, dos quatro entrevistados, apenas o profissional que se autodeclara preto afirma que sofreu algum tipo de preconceito em relação à cor ou raça no exercício da profissão.

Fui repórter de rua por 4 anos em um site em Salvador. Um dia fui cobrir uma manifestação de uma comunidade carente e durante a confusão um policial pegou na gola da minha camisa e me ameaçou, provavelmente achando que eu era um morador por ser preto. Quando fui identificado ele terminou me soltando e se desculpando.

O que é contraditório nos relatos é que embora digam que não observam ou tenham conhecimento de discriminação relacionada à cor ou raça no ambiente de trabalho, todos citam

implícita ou explicitamente que há preconceito na contratação. Ao mesmo tempo que, quando perguntados qual o critério da emissora para contratação de jornalista de TV, as respostas fogem da cor ou raça: “Credibilidade, conhecimentos gerais, capacidade técnica e honestidade”; “Agilidade e contatos com fontes. Trabalhamos basicamente com o factual. Esses critérios são essenciais para a contratação”; e “Formação acadêmica e experiência na área”.

O jornalista branco, por sua vez, que afirmou que há preconceito em relação a contratação de pretos, foi o único que não se manifestou em relação ao critério utilizado pela emissora para contratação de repórteres e apresentadores.

Nas falas, nos silêncios, nas contradições, observa-se uma falta de percepção em relação ao racismo e constata-se, mais uma vez, que o preto é o que sofre mais preconceito no ambiente profissional, mesmo no estado mais preto do Brasil, mesmo no estado com 81% de população negra.

Considerações finais

Na Bahia, estado predominantemente negro, os brancos não sofrem preconceitos e os pretos relatam episódios de discriminação. Ademais, a pesquisa mostra que, mesmo havendo apenas 17,9% de população branca, os depoimentos não apontam a baixa presença dessa raça no telejornalismo, ao contrário, os entrevistados trazem à reflexão a baixa presença de pessoas negras atuando em frente à tela, tendo um dito que “Repórteres já temos uma quantidade interessante que não é a perfeita no ponto de vista matemático [...]. Já apresentadores ainda carece”.

A partir dos relatos, também foi possível verificar que a maior parte das pessoas brancas entrevistadas não apresentam uma percepção sobre práticas de preconceito e de discriminação racial no ambiente de trabalho. Fato importante é que todos informam que não há discriminação relacionada à cor ou raça, enquanto os pretos relatam que há preconceito.

Pode-se constatar, ainda, que as emissoras são palco de contradições. Apesar dos depoimentos apontarem que há uma inserção crescente de jornalistas negros na programação de noticiários televisivos, os profissionais relatam sofrer preconceito e expõem comentários racistas como, por exemplo, sobre um presumido padrão ideal de cabelo para televisão.

Tal constatação reforça a deformidade moral e ética, apontada por Bento (2019), que permeia fortemente a raça branca, seja pela prática do racismo ou pela sua omissão frente ao sistema que dificulta o acesso de negros a espaços de poder.

Todas as questões e contradições apontadas na pesquisa reforçam as vantagens e os privilégios que permanentemente são destinados à branquitude e que, portanto, inviabilizam a experiência de uma sociedade plenamente democrática no Brasil. Por isso, como sugere Muniz Sodré (2022), é preciso lidar de frente com a discriminação racial, é urgente.

Referências

- Akinyemi, J. O., Dilyard, J., Anderson, D., & Schroeder, K. (2022). Innovation and Technology for Social Enterprises. 2013. <https://www.un.org/esa/socdev/egms/docs/2013/ict/innovation-technology-social-enterprises.pdf>
- Bento, M. A. S. (2019). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: I. Carone, & M. A. S. Bento (Orgs.), Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Vozes.
- Cardoso, L. C. (2020). O Branco Ante a Rebeldia do Desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional: a branquitude acadêmica. Appris Editora.
- Hooks, B. (2019). Olhares negros: raça e representação. Elefante.
- Kilomba, G. (2019). Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó.
- Piza, E. (2005). Adolescência e racismo: uma breve reflexão. In: Simpósio Internacional do Adolescente. http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100022&script=sci_arttext
- Ramos, A. G. (1957). Introdução crítica à sociologia brasileira. Editorial Andes.
- Sodré, M. (2022). A sociedade incivil. In: Esquenta Compós 2022 [on-line]. https://www.youtube.com/watch?v=ePOQ_ytivlc
- Schucman, L. V. (2014). Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. Annablume.
- Spannenberg, A. C. et al. (2012). Do ceticismo à consolidação: a TV na Bahia: notas sobre a primeira década de televisão em Salvador. In: Revista Brasileira de História da Mídia. <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/3921/2274>